



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2024

Requer informações à Senhora Esther Dweck, Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sobre os dados apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu relatório TC 021.731/2019-5 [Apenso: TV 000.123/2023-4].

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Seif

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre os dados apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu relatório TC 021.731/2019-5 [Apenso: TV 000.123/2023-4].

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Ministra de Estado de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, informações sobre os dados apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seu relatório TC 021.731/2019-5 [Apenso: TV 000.123/2023-4].

Conforme o documento divulgado pelo TCU:

- Dos 22.958 contratos de obras públicas em andamento, 11.941 estão paralisados, representando 52% do total;
- Cerca de R\$ 9 bilhões já foram investidos nas obras interrompidas, sendo necessários aproximadamente R\$ 20 bilhões adicionais para concluí-las;
- As áreas mais afetadas são saúde e educação, com 8.674 obras paralisadas, correspondendo a 72% do total de projetos interrompidos.

Diante da gravidade dos dados apresentados, e considerando o impacto direto sobre a qualidade de vida da população brasileira, em especial nas áreas de saúde e educação, solicito as seguintes informações:

1. Quais são as principais razões que levaram à paralisação das obras?
2. Existe algum plano de ação ou cronograma para resolver essas pendências? Em caso positivo, envie detalhes.
3. Quais órgãos ou empresas foram diretamente responsáveis por cada uma das obras paralisadas?
4. Como o governo justifica o desperdício de cerca de R\$ 9 bilhões já investidos?
5. Que medidas estão sendo adotadas para evitar que o montante adicional estimado de R\$ 20 bilhões também enfrente interrupções ou desperdício?
6. O governo pretende responsabilizar gestores ou contratantes por irregularidades?
7. Das 8.674 obras paralisadas nas áreas de saúde e educação, quais são os projetos considerados prioritários?
8. Quais estados ou municípios foram mais impactados pela interrupção dessas obras?
9. Existe previsão de retomada e conclusão das obras nessas áreas essenciais?
10. Qual é o papel do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e coordenação dessas obras?
11. Houve comunicação ou cooperação com o TCU para resolver essas questões?
12. Por que não há relatórios públicos regulares detalhando o status das obras e os motivos das paralisações?
13. Existe algum portal ou mecanismo onde os cidadãos possam acompanhar o andamento das obras?

JUSTIFICAÇÃO

As informações apontadas pelo TCU demonstram uma preocupante ineficiência na gestão das obras públicas no país. A paralisação de projetos prioritários nas áreas de saúde e educação é um absurdo que expõe a população a condições inaceitáveis e prejudica o desenvolvimento nacional. Este cenário reforça a necessidade de uma análise profunda e a implementação de soluções urgentes para assegurar a continuidade das obras e o uso eficiente dos recursos públicos.

Por fim, ressalto que as respostas a este requerimento são essenciais para o cumprimento da função fiscalizadora do Poder Legislativo e para garantir que o governo tome medidas eficazes no enfrentamento dessa grave situação.

Sala das Sessões, 5 de dezembro de 2024.

Senador Jorge Seif
(PL - SC)